



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

RESOLUÇÃO Nº 016 DE 11 DE SETEMBRO DE 2021.

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO ANUAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

A Assembléia Geral aprovou em 10 de Novembro de 2021, e eu, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º - Estima-se as receitas do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP para o **exercício financeiro de 2022** em **R\$ 71.825.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais)**, e fixa as despesas em **R\$ 71.825.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais)**.

Art. 2º - As receitas serão realizadas mediante arrecadação das rubricas previstas na legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento (em R\$):

RECEITAS CORRENTES.....R\$ 71.825.000,00

Receita Patrimonial.....R\$	67.646,84
Receita de Serviços.....R\$	110.000,00
Transferência Correntes.....R\$	71.441.353,16
Outras Receitas Correntes.....R\$	206.000,00

RECEITA DE CAPITAL.....R\$	0,00
Transferência de Capital.....R\$	0,00

TOTAL DAS RECEITAS.....R\$ 71.825.000,00

Art. 3º - As receitas serão aplicadas de acordo com o seguinte desdobramento (em R\$):

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR NATUREZA

DESPESAS CORRENTES.....R\$ 70.029.613,14

Pessoal e Encargos Sociais.....R\$	27.909.446,92
Outras Despesas Correntes.....R\$	42.120.166,22



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

DESPESAS DE CAPITAL.....R\$	724.000,00
Investimentos.....R\$	724.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA.....R\$	1.071.386,86
Reserva de Contigência.....R\$	1.071.386,86
TOTAL DAS DESPESAS.....R\$	71.825.000,00

Art. 4º - Os quadros dos detalhamentos das receitas e despesas, exigidos pela Lei Federal 4.320/64, são parte integrantes deste projeto de resolução.

Art. 5º - Nos termos dos artigos 7º, 42 e 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Presidente do Ciop autorizado:

- I. a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total geral da despesa fixada por anulação,
- II. Realizar abertura de créditos adicionais suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei Federal 4.320/64;
- III. Realizar abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência no exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4.320/64;

Parágrafo 1º - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Art. 6º - As dotações para custear despesas com pessoal e encargos sociais, atribuídas aos órgãos de administração serão movimentadas e redistribuídas mediante Créditos Adicionais Suplementares até o limite dessas despesas, não computando estes para efeito do limite fixado no artigo anterior.

Art. 7º - Esta resolução entrará em 01 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Prudente, 11 de Setembro de 2021.

MURILO NOBREGA CAMPOS
PRESIDENTE DO CIOP